

Élcio retira a proposta que acelerava votação de emenda

Requerimento para eliminar prazos na apreciação da reforma constitucional encontrou resistência até mesmo entre parlamentares do PFL e do PMDB, aliados do governo

Motta vem debater a emenda das telecomunicações

O Senado vai ouvir o ministro das Comunicações, Sérgio Motta, antes de votar, em plenário, a proposta de emenda do governo, já aprovada pela Câmara, que abre a exploração dos serviços de telecomunicações à iniciativa privada. O compromisso foi assumido ontem pelo líder do governo no Senado, Élcio Álvares (PFL-ES). A data do comparecimento ainda não foi definida.

A convocação do ministro, que se encontra no exterior, foi aprovada ontem de manhã pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado (CCJ), mas não prejudicará a tramitação da emenda, que deverá ser votada pela comissão na tarde da próxima segunda-feira (dia 19), em reunião extraordinária.

O presidente da CCJ, senador Iris Rezende (PMDB-GO), concedeu pedido de vista coletivo, por 48 horas, à proposta de emenda das telecomunicações, após a leitura, na reunião de ontem, do parecer favorável do relator, senador Fernandinho Pereira (PFL-MG).

Além do ministro Sérgio Motta, foram convocados a depor na comissão o ex-ministro da Ciência e Tecnologia Renato Archer e o presidente do Sinttel, entidade que representa os empregados do setor das telecomunicações. Os dois depoimentos foram marcados para segunda-feira (19), às 10 horas.



Na CCJ, senadores acertam o depoimento de Sérgio Motta

Comissão de Justiça aprecia hoje empresa nacional e cabotagem

A CCJ reúne-se hoje, às 10h, para apreciar as propostas de emenda constitucional que altera o conceito de empresa nacional e que abre a navegação de cabotagem a embarcações de bandeira estrangeira.

EMENDA DO GÁS

A proposta de emenda constitucional que acaba com o monopólio dos estados na

distribuição do gás canalizado será incluída na Ordem do Dia de terça-feira (20), para discussão em primeiro turno durante cinco sessões ordinárias.

A emenda, já aprovada em dois turnos pela Câmara dos Deputados, foi a primeira do programa de reforma do governo Fernando Henrique a chegar ao Senado.

Atendendo aos apelos dos líderes oposicionistas e até mesmo de parlamentares do PFL e do PMDB, o líder do governo, senador Élcio Álvares (PFL-ES), retirou ontem o requerimento que permitia a apreciação em ritmo acelerado da proposta de emenda sobre a distribuição do gás canalizado.

O requerimento previa a eliminação do prazo de cinco dias entre a publicação, no *Diário do Congresso Nacional*, do parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e a votação da matéria no plenário do Senado.

O requerimento foi lido na sessão extraordinária do Senado realizada ao meio-dia, e, caso fosse aprovada a proposta, o mesmo tratamento seria estendido a todas as outras quatro emendas constitucionais da Ordem Econômica.

O objetivo maior era apressar a votação da quebra do monopólio das telecomunicações, já que para a emenda do gás a medida seria inócua, pois os cinco dias de interstício terminam hoje. Agora, segundo informou o presidente do Senado, José Sarney (PMDB-MA), todas as cinco propostas de emenda à Constituição terão tramitação normal.

■ O presidente Sarney informou que não há qualquer motivo para cancelamento do recesso parlamentar de julho, que é constitucional. "O país vive um clima de absoluta normalidade, não há qualquer razão para convocações extraordinárias. Não há por que tensionar o país", disse Sarney.

NESTA EDIÇÃO

**Nova LDO
facilitará venda
de alimentos**

Página 3

**Osmar defende
jogo duro com
grande devedor**

Página 4

Tebet culpa poder público por colapso na mineração

CPI ouviu depoimentos em Roraima e constata a falta de ação de órgãos do governo encarregados de atuar no setor

"O setor de mineração no Brasil é um desastre total por culpa do poder público", afirmou o senador Ramez Tebet (PMDB-MS), presidente da CPI da Mineração. Uma delegação da comissão esteve em Roraima na última quinta e sexta-feiras, colhendo depoimentos.

Foram ouvidos 10 dirigentes de órgãos governamentais e representantes dos meios políticos, econômicos e da sociedade. Segundo Tebet, a Funai não cumpre a sua missão, a Polícia Federal está desaparecida e o Departamento Nacional da Produção Mineral além de "protecionista", já não tem a confiança da sociedade.

A delegação da CPI que foi a Roraima era composta pelos senadores Ramez Tebet,

Romero Jucá (PFL-RR), relator, Marluce Pinto (PMDB-RR), Ernandes Amorim (PDT-RO) e José Bianco (PFL-RO). As audiências

ocorreram no plenário da Assembléia Legislativa, cujas dependências estavam ocupadas por lideranças indígenas, religiosas e garimpeiros.

Sarney recebe a visita do primeiro-ministro do Líbano

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu na manhã de ontem visita do primeiro-ministro do Líbano, Rafic Hariri, que veio pedir apoio brasileiro para a reconstrução do seu país, que sofre os efeitos

de uma prolongada guerra civil. O presidente Sarney manifestou a Hariri a solida-



Rafic Hariri e Sarney

riedade de todo o povo brasileiro ao Líbano e a todo o Oriente Médio pelas dificuldades que a região atravessa.

Hariri disse que o Brasil tem a maior comunidade de libaneses e seus descendentes em todo mundo, o que deve tornar as relações entre os dois países especiais.

Júnia presta homenagem a jornalista

A senadora Júnia Marise (PDT-MG) prestou ontem homenagem póstuma ao jornalista Theódulo Pereira, falecido na última sexta-feira. Ela salientou que se tratava de "um dos últimos remanescentes de uma das mais brilhantes gerações de jornalistas mineiros".

Como jornalista profissional, teve a oportunidade de acompanhar de perto o trabalho de Theódulo Pereira. Nos mais de 60 anos de carreira, sempre se destacou como uma das mais importantes figuras dos Diários Associados, onde ocupava o cargo de diretor-secretário do jornal *Estado de Minas* - disse Júnia Marise.

Agenda do Dia

PLENÁRIO

14h30 - Sessão Ordinária do Senado

Pauta: Na Ordem do Dia, com 13 itens, entre projetos, requerimentos e mensagens, destacam-se: *PLC nº 14/95, que dispõe sobre a obrigatoriedade do uso de equipamento de radiocomunicação em locomotivas; (Em votação) *PLC nº 23/93, que dispõe sobre a remessa para o exterior dos rendimentos do trabalho assalariado e dos valores recebidos como bolsas de estudo e auxílio, aos beneficiários de bolsas de estudos ou auxílio no exterior concedidos por agências governamentais; (Em discussão) *PLC nº 188/93, que concede isenção de impostos aos bens destinados ao prosseguimento da execução do Programa Nacional de Comunicações Domésticas por Satélite; (Em discussão) e *PDL nº 24/93, que aprova o texto da Convenção Interamericana sobre Conflitos de Leis em Matéria de Sociedades Mercantis, concluída em Montevidéu, em 8 de maio de 1979.

COMISSÕES

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Matérias de competência da comissão: Propostas de Emendas a Constituição nºs 32 e 33 que tratam de conceito de empresa nacional; e embarcação nacional, navegação de cabotagem e de interior; respectivamente. Local sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa.

11h - Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: Matérias de competência da comissão destacando-se: *PLS nº 6/95 (terminativo) (tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 8 e 15/95), que "estabelece o princípio da doação e extirpação de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante, **post mortem**, salvo expressa disposição em contrário, em vida"; *PLS nº 8/95 (terminativo), que altera a Lei nº 8.489/92, que dispõe sobre retirada e transplante de tecidos, órgãos e partes do corpo humano, com fins terapêuticos e científicos, e dá outras providências; *PLS nº 15/95 (terminativo), que "estabelece regras para a doação e extirpação de órgãos, tecidos e partes do corpo humano, para fins de transplantes, e dá outras providências; *PLS nº 13/95 (terminativo), que dispõe sobre a instituição de cota mínima de 20% das vagas das instituições públicas de ensino superior para alunos carentes; *PLS nº 35/95 (terminativo), que "cria condições para utilização do FGTS na compra de terreno para construção da casa própria, e dá outras providências"; *PLC nº 137/92 (não terminativo), que "dispõe sobre a obrigatoriedade de fabricação de tratores e máquinas agrícolas com estrutura de proteção contra capotagem e outros equipamentos de segurança, e dá outras providências"; *PLC nº 42/93 (não terminativo), que "estabelece medidas preventivas de proteção ao trabalho dos tripulantes de aeronaves de serviços agrícolas; e *PLC nº 45/94 (não terminativo), que "dispõe sobre a necessidade de apuração de falta grave para a dispensa de dirigente e representante sindical, e dá outras providências. Local: Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa.



Josaphat Marinho

Josaphat anuncia independência

O senador Josaphat Marinho (BA) reiterou ontem sua posição de independência e afirmou que não está sendo constrangido a abandonar seu partido, o PFL.

Josaphat afirmou seu apreço pela agremiação, pelo fato de ela ter um programa "plural, democrático e aberto", e alinhou os princípios que orientarão seu voto às emendas constitucionais em tramitação no Congresso.

Josaphat Marinho enfatizou ser partidário de um Estado jurídico e administrativamente robusto, com capacidade de intervenção na economia para coibir os excessos do mercado. Isso não significa ser contra a entrada de capital estrangeiro, "desde que ele seja produtivo e não especulativo", disse.

Em aparte, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) solidarizou-se com Josaphat Marinho, lembrando que não pôde votar no candidato de seu partido à Presidência "por uma questão de consciência", contou.

O senador Antônio Carlos Magalhães classificou o discurso como "uma prova de apreço ao PFL".

Após apertes elogiosos dos senadores Esperidião Amin (PPR-SC) e Júnia Marise (PDT-MG), Josaphat Marinho registrou que, "para ser independente, não se precisa desprezar nem a educação nem a cordialidade".

Nova LDO permitirá venda emergencial de alimentos

Relatório fica pronto na segunda-feira e autoriza governo a distribuir alimentos do seu estoque regulador sem burocracia

O senador José Fogaça (PMDB-RS), relator do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), apresentará seu parecer à Comissão Mista de Orçamento na próxima segunda-feira, o que permitirá sua votação em plenário até o dia 28 deste mês.

Fogaça informou que pretende apresentar em seu substitutivo emenda autorizando o governo federal a distribuir alimentos do seu estoque regulador sem o envio de pro-

postas ao Congresso, o que evitará o apodrecimento de cereais.

- Hoje, os burocratas do governo ficam acuados. Se eles distribuem os alimentos numa emergência, são acusados de não cumprir a lei. Se não distribuem a tempo, os alimentos apodrecem, e são acusados de negligência.

Foram apresentadas 885 emendas pelos deputados e senadores, mas Fogaça pretende manter intocados pontos fun-

damentais da LDO, entre eles a total desindexação das verbas orçamentárias, ou seja, não haverá correção monetária dos valores previstos no orçamento da União do ano que vem.

José Fogaça destacou que um dos pontos mais significativas da LDO é a determinação de que o orçamento da União buscará eliminar o déficit público. Na opinião do senador, sem déficit o governo tem todas as condições de manter a estabilidade do real.



Calheiros presidiu a solenidade de instalação da comissão

Senado busca a modernização

Foi instalada ontem a Assessoria Especial de Modernização Senado, encarregada de executar as recomendações feitas por um grupo de trabalho para aumentar a eficiência legislativa e ao mesmo tempo reduzir os custos da instituição.

A busca da modernização contará com uma consultoria da Fundação Getúlio Vargas. Convênio nesse sentido começou a ser discutido ontem.

A Assessoria Especial de Modernização foi criada por

proposta do grupo de trabalho, presidido pelo senador Renan Calheiros (PMDB-AL), que durante dois meses levantou os gargalos que limitam o aumento da produtividade do Senado.

Entre outras coisas, a comissão agora irá executar dezenas de projetos, que vão do fim da apresentação do Senado no Rio de Janeiro ("Senadinho") à criação de uma escola de treinamento legislativo, passando por normas de terceirização de serviços e simplificação burocrática.

Maioria aprova a atuação do Congresso

Cerca de 59% dos brasileiros aprovam a atuação do Congresso Nacional, segundo sondagem realizada em março deste ano, um mês depois do início da nova legislatura. O publicitário João Francisco Meira, do Instituto Vox Populi, disse ontem que já é possível identificar uma tendência de aumento desse índice.

Na opinião de Meira, a melhoria do índice de aprovação popular ao Legislativo deve-se à maior participação dos parlamentares nas votações, demonstrando à população que estão atuantes.

Esses dados foram apresentados pelo publicitário em palestra realizada no Senado Federal sobre "A Pesquisa de Opinião Pública e o Processo Político Contemporâneo".

O evento contou com a participação dos presidentes do Senado, José Sarney, e da Comissão de Educação, Roberto Requião (PMDB-PR), dos senadores Arlindo Porto (PTB-MG), Joel de Hollanda (PFL-PE) e José Alves (PFL-SE).

Cabral ganha ação contra ex-porta-voz

O senador Bernardo Cabral (PP-AM) registrou ontem que a Justiça julgou procedente a ação de indenização por danos morais que moveu contra o autor do livro *Mil Dias de Solidão*, Cláudio Humberto Rosa e Silva.



Cabral

O ex-porta-voz do governo Fernando Collor de Mello deverá pagar o valor correspondente ao total atingido com a venda do livro, acrescido de 15% referentes às custas do processo e a honorários advocatícios.

Quintanilha apóia proteção para empresas

A empresa brasileira deverá ser protegida e amparada por uma nova ordem para competir internamente e externamente, "sem ser massacrada pelo poder e pressão das grandes corporações internacionais aqui instaladas ou que venham a atuar no mercado nacional." O ponto de vista foi defendido ontem pelo senador Leomar Quintanilha (PPR-TO).

"Os chamados 'Tigres Asiáticos' fazem um esforço enorme para acompanhar os líderes da economia, destinando percentuais cada vez mais importantes de seu PIB para a pesquisa científica e o desenvolvimento técnico", assinalou.

CRÉDITO AGRÍCOLA Osmar quer jogo duro com grandes devedores

Os grandes devedores de empréstimos agrícolas ao Banco do Brasil que aplicaram os recursos no mercado financeiro, em detrimento da produção, devem pagar integralmente sua dívida e ter tratamento de "caloteiros".

O comentário foi feito ontem pelo senador Osmar Dias (PP-PR), ao dirigir um apelo ao Executivo no sentido de que adote uma postura mais justa em relação a pequenos e médios produtores rurais.

Osmar Dias pediu o "enquadramento" de 1.213 "tubarões" denunciados pela imprensa, os quais, segundo disse, pretendem os mesmos benefícios concedidos aos pequenos produtores rurais, como, por exemplo, a queda da TR. "Os verdadeiros agricultores são confundidos com os privilegiados que aplicaram o dinheiro tomado ao Banco do Brasil em casas de praia, imóveis no exterior, carros de luxo e aviões", frisou.

Nabor defende pequenos

A agricultura patronal gera um emprego em sessenta hectares de terra enquanto a agricultura familiar gera um emprego em apenas nove hectares. Com um simples acesso à terra, mais um mínimo de apoio governamental, o agricultor familiar passa a ter rendimentos superiores ao que poderia obter como empregado no campo ou na cidade.

Esses dados fazem parte de um trabalho realizado pelo Ins-



Nabor Júnior

tituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e pela FAO - o organismo Organização das Nações Unidas (ONU) que estuda a questão da alimentação no mundo - e foram apresentados ontem pelo senador Nabor Júnior

(PMDB/AC). Ele afirmou que essas informações mostram que a reforma agrária é condição vital para o crescimento econômico e real da democratização do País.

Lúdio prega combate severo à inflação

O combate à inflação precisa ser um estado de espírito da família brasileira, afirmou ontem o senador Lúdio Coelho (PSDB-MS).



Lúdio Coelho

O senador disse que as famílias precisam entender que não se deve gastar mais do que se ganha, pois a consequência é o descontrolado da inflação.

Freire sugere leitura de artigo de petista

O senador Roberto Freire (PPS-PE) recomendou ontem não só à esquerda, mas a todas as forças políticas brasileiras, a leitura de artigo de autoria do prefeito de Porto Alegre, Tarso Genro (PT), intitulado "Os fundamentos da crise da esquerda", publicado na edição de ontem do jornal *O Estado de S. Paulo*.

Tuma elogia o esforço de Jobim

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) informou ao plenário que recebeu ofício do ministro da Justiça, Nelson Jobim, comunicando decisão da primeira vara de Justiça Federal que concedeu à Polícia Federal isonomia com a polícia civil do Distrito Federal.

O empenho do ministro em resolver o problema foi elogiado pelo senador, que lembrou a insatisfação dos funcionários da Polícia Federal com os baixos salários.

Suplicy pede informações a ministro

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) explicou ontem que, na sessão ordinária de segunda-feira, formulou questão de ordem sobre requerimento de informações - e não de convocação -, de sua autoria, remetido pela Mesa ao ministro da Previdência Social no

dia 18 de abril, solicitando esclarecimentos sobre irregularidades que teriam ocorrido na Dataprev.

Citando dispositivo constitucional, Suplicy lembrou que "o ministro tem 30 dias para responder ao requerimento".

MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ **1º Vice-Presidente:** Teotônio Vilela Filho
2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ **1º Secretário:** Odacir Soares
2º Secretário: Renan Calheiros ■ **3º Secretário:** Levy Dias
4º Secretário: Emandes Amorim ■ **Suplentes de Secretário:** Antônio Carlos Valadares ■ José Eduardo Dutra ■ Luiz Alberto de Oliveira ■ Ney Suassuna

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal

Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita
Diretor da Subsecretaria de Divulgação: Helivaldo Rios ■ **Coordenador de Jornalismo:** Flávio de Mattos ■ **Chefe do Serviço de Imprensa:** José do Carmo Andrade ■ **Editores:** Djalba Lima e Edson de Almeida
Diagramação: Sérgio Silva e Wesley Carvalho ■ **Fotos:** Célio Azevedo e Márcia Kalume ■ **Veja no Diário do Congresso Nacional a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.**